



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

105

2.	PUB/AD
C	De 19/04/90 a 19/04/90
C	Rubrica

Processo no 10380.004622/90-63

Sessão no 23 de setembro de 1993 ACORDÃO n° 203-00.737

Recurso nos 90.484

Recorrente ALACOMEL-ALCOOL AÇÚCAR COMERCIAL LTDA.

Recorrida DRF EM FORTALEZA - CE

PIS-FATURAMENTO - Não conseguindo a contribuinte ilidir a acusação fiscal, caracterizada por comissão de receita "notas calçadas" - é de manter-se o julgamento. Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por ALACOMEL-ALCOOL AÇÚCAR COMERCIAL LTDA.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso. Ausente o Conselheiro SEBASTIÃO BORGES TAGUARY.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1993.

OSVALDO JOSÉ DE SOUZA - Presidente
MARIA THEREZA VASCONCELLOS DE ALMEIDA - Relatora
RODRIGO DARDEAU VIEIRA - Procurador-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 12 NOV 1993

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros RICARDO LEITE RODRIGUES, SERGIO AFANASIEFF, MAURO WASILEWSKI, TIBERANY FERRAZ DOS SANTOS e CELSO ANGELO LISBOA GALLUCCI.

FCLB/



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo n° 10380.004622/90-63

Recurso n° 90.484

Acórdão n° 203-00.737

Recorrente: ALACOMEL-ALCOOL AÇUCAR COMERCIAL LTDA.

R E L A T O R I O

Trata o presente processo administrativo de lançamento efetuado através de Auto de Infração (fls. 01 e anexos), relativo à infringência pela empresa ALACOMEL-ALCOOL AÇUCAR COMERCIAL LTDA., identificada nos autos, ao inserto na lei tributária no que tange à omissão de receita operacional.

Segundo a descrição dos fatos e de acordo com o autuante, o lançamento decorreu da fiscalização do IRPJ e ocasionou insuficiência da base de cálculo do PIS-FATURAMENTO, tendo o disposto no art. 3º, alínea b, da Lei Complementar nº 7/70, c/c art. 1º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 17/73, e título 5º, Capítulo 1º, Seção 1º, alínea b, itens I e II, do Regulamento do PIS-PASEP, aprovado pela Portaria - MF nº 142/82.

Não tendo sido localizada a contribuinte (fls. 09), o Órgão Preparador procedendo de acordo com o art. 23º, II, do Decreto nº 70.235/72, encaminhou cópia do Auto de Infração à empresa, via postal (fls. 11).

Tendo solicitado prorrogação de prazo (fls. 12) para apresentação de defesa, a empresa apresentou peça impugnatória no prazo legal.

A petição interposta (fls. 13/18) contesta, de forma conjunta, as autuações sofridas pela interessada referentes a IRPJ, PIS-FATURAMENTO, FINSOCIAL-FATURAMENTO, IRF e CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.

As alegações trazidas pela impugnante cingem-se às dificuldades enfrentadas pelos microestabelecimentos, acrescentando ainda, que funcionava precariamente, na iminência de encerrar suas atividades, vítima dos planos governamentais.

Requer seja considerada improcedente a autuação do Imposto de Renda e seus reflexos.

A Informação Fiscal (fls. 20) opina pela manutenção integral do lançamento expresso no Auto principal, bem como o deste era discutido, visto tratarse de ação reflexa.

Em parecer vindo aos autos às fls. 23, a autoridade fiscalizadora, analisando a infração cometida — utilização de notas fiscais "calçadas", com o evidente intuito de fraude —, considera a aplicação no caso da multa de 150% e não 50%, conforme o autuante exigiu (fls. 2 a 4).



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº: 10380.004622/90-63

Acórdão nº: 203-00.737

(165)

Diante do agravamento da penalidade, foi
cientificada a contribuinte, com reabertura de prazo para
impugnação (fls. 24).

Novo Auto de Infração, no caso complementar, foi
lavrado com ciência da empresa interessada (fls. 25 e anexos).

Em nova peça de defesa (fls. 30/36), a
contribuinte argumenta com os mesmos fundamentos trazidos quando
da impugnação anterior, considerando-se injustificada.

Em nova Informação Fiscal (fls. 38), a autoridade
ressalta a gravidade da infração cometida pela autuada,
tratando-se de notas fiscais "calçadas". Opina pela manutenção da
exigência fiscal.

Considerando procedente o langamento, o digno
julgador monocrático, assim ementou seu entendimento:

"PIS-FATURAMENTO - As pessoas jurídicas obrigadas
à contribuição "PIS/FATURAMENTO" em decorrência da
venda de mercadorias ou mercadorias e serviços,
deverão calcular o seu valor com base na receita
bruta, na forma disciplinada no art. 1º da Lei
Complementar nº 17/73.

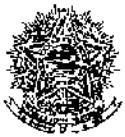
.....

AÇÃO FISCAL PROCEDENTE"

A empresa autuada, inconformada com a decisão de
Primeira instância, interpôs Recurso Voluntário (fls. 52/54) a
este Colegiado, onde alega que o processo-matrix, relativo ao
IRPJ, foi julgado improcedente na instância primeira e, por tal,
o mesmo destino merece o processo sob exame.

Acresce que anexa cópia da decisão aludida,
provando o que afirma.

As fls. 55, encontra-se a cópia da decisão
mentionada, na parte final, onde, pelo número do processo, se
deduz ser relativo ao IRF, estando expresso que parte do Auto de
Infração do IRPJ foi julgada improcedente.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo nº: 10380.004622/90-63

Acórdão nº: 203-00.737

Através de despacho (fls. 58) do Presidente deste Conselho, foi determinada a baixa dos autos à repartição de origem para juntada do acórdão relativo ao IRPJ, proferido pela instância administrativa.

Cumprida a diligência, retornam os autos anexados por cópia o Acórdão nº 105-02.133 (fls. 59/61) da Quinta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, onde, por unanimidade de votos, o Recurso não foi conhecido por intempestivo.

E o relatório.

Q



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº: 10380.004622/90-63

Acórdão nº: 203-00.737

VOTO DA CONSELHEIRA-RELATORA
MARIA THEREZA VASCONCELLOS DE ALMEIDA

Muito embora com relação ao processo do IRPJ tenha a empresa interposto Recurso Voluntário a destempo, tal não ocorreu neste processo.

Com efeito, científica da decisão de Primeira instância em 28.05.92, foi a peça recursal protocolizada na repartição competente em 24.06.92, dentro, pois, do prazo regulamentar.

Quanto ao mérito, entendo não existir razão à recorrente.

Alega a empresa no Recurso que a "peça matriz" foi considerada improcedente, querendo com tal assertiva referir-se à autuação referente ao IRPJ.

Em cópia vinda aos autos e relativa a IRF (fls. 55), há menção sobre o fato de a autuação ter sido mantida em totalidade no que diz respeito ao IRPJ e que parte do Auto de Infração do mesmo IRPJ foi julgada improcedente, não tendo tal parte qualquer incidência no auto relativo ao IRF, posto que referida parcela não foi objeto de reflexo na fonte.

Não procede, pois, a afirmação de que "o processocomatriz foi julgado improcedente", como afirma a recorrente.

Na decisão monocrática, relativa ao IRPJ, foi a ação fiscal considerada procedente em parte, mas, não obstante, a parcela excluída diz respeito e incide apenas sobre o IRPJ e não tem qualquer relação com este aqui discutido.

No mais, tratando-se como no caso, de omissão de receita, "notas calgadas", era de se esperar trazer a requerente provas que pusessem, por terra, as alegações da fiscalização.

Tal, entretanto, não ocorreu, preferindo a recorrente insistir na tese de que sendo este processo decorrente idêntica sorte deveria ter em relação ao processocomatriz.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº: 10380.004622/90-63

Acórdão nº: 203-00.737

Diante do exposto e do mais que dos autos consta,
conheço do Recurso e no mérito nego-lhe provimento.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1993.

A large, handwritten signature in black ink. Below the signature, the name "MARIA THEREZA VASCONCELLOS DE ALMEIDA" is printed in a smaller, capital-letter font.

MARIA THEREZA VASCONCELLOS DE ALMEIDA